

# Sumário

<b>Prefácio .....</b>	1
<b>Introdução.....</b>	5
<b>Capítulo I – A Compensação no Direito Tributário e o Contexto Jurídico-Processual em que Foi Incluído o Artigo 170-A ao Código Tributário Nacional, pela Lei Complementar nº 104/01 .....</b>	7
1.1. A Compensação no Direito Tributário .....	8
1.2. A Compensação Tributária em Âmbito Federal: breve histórico legislativo .....	12
1.3. O artigo 170-A do Código Tributário Nacional: (i) Origem; (ii) Objetivos almejados pelo legislador; e, (iii) Percepção da doutrina .....	27
1.4. O contexto jurídico-processual de inserção do artigo 170-A ao Código Tributário Nacional .....	41
<b>Capítulo II – A Evolução da Interpretação do Artigo 170-A do Código Tributário Nacional nos Tribunais Pátrios .....</b>	51
2.1. A interpretação do artigo 170-A do Código Tributário Nacional, diante da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal e o entendimento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça.....	51

2.2. A fixação de entendimento por parte do Superior Tribunal de Justiça em relação aos demais aspectos que contornam o artigo 170-A do Código Tributário Nacional.....	63
---	----

**Capítulo III: A Teoria dos Precedentes Judiciais no Sistema Judicial Brasileiro após a Entrada em Vigor do Novo Código de Processo Civil.....**69

3.1. O Sistema de Precedentes Judiciais .....	71
3.1.1. Conceito e Características dos Precedentes Judiciais.....	75
3.1.2. Jurisprudência, Súmula, Súmula Vinculante e a desmistificação do Precedente Judicial.....	79
3.2. O Código de Processo Civil de 2015 .....	82
3.2.1. Os Recursos Repetitivos.....	87
3.2.2. O Efeito Vinculante .....	94

**Capítulo IV: Nova Proposta de Interpretação do Artigo 170-A do Código Tributário Nacional.....**97

4.1. O entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça e a necessidade de se reinterpretar o artigo 170-A do Código Tributário Nacional .....	97
4.2. Nova proposta de interpretação do artigo 170-A do Código Tributário Nacional: alinhamento às garantias constitucionais .....	102
4.2.1. O prestígio à garantia constitucional da razoável duração do processo.....	103
4.2.2. O prestígio à garantia constitucional da isonomia .....	107

4.3. Nova proposta de interpretação do artigo 170-A do Código Tributário Nacional: a compensação como ato realizado por conta e risco do contribuinte.....	113
4.4. Nova proposta de interpretação do artigo 170-A do Código Tributário Nacional: análise de suas consequências .....	116
4.4.1. Inaplicabilidade das penalidades em razão da realização de compensação antes do trânsito em julgado da ação individual.....	118
4.4.2. As ações judiciais em andamento após decisão proferida em recurso especial ou extraordinário repetitivos e o artigo 19 da Lei nº 10.522/02 .....	120
4.4.3. Hipótese em que será desnecessário o ajuizamento de ação após a uniformização de entendimento pelo sistema de precedentes judiciais .....	131
4.4.4. A Tutela de Evidência e o artigo 170-A do Código Tributário Nacional .....	135
<b>Conclusão .....</b>	147
<b>Bibliografia.....</b>	153